

**DAMIÃO LUIS DIONÍSIO**

**A Construção da Identidade do Movimento Estudantil no Brasil: reflexões sobre o  
Movimento Estudantil na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Rio de Janeiro  
Junho/2006**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

A Construção da Identidade do Movimento Estudantil no Brasil: reflexões sobre o  
Movimento Estudantil na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Damião Luis Dionísio

ORIENTADORA: Angela Maria Souza Martins

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
como requisito para a obtenção do título de  
Licenciado em Pedagogia

Rio de Janeiro  
Junho/2006

Ao povo brasileiro que com seus  
impostos contribui para o financiamento  
da educação pública de nosso país.

## AGRADECIMENTOS

- Aqueles que sempre lutaram pela transformação da realidade social do povo brasileiro.
- Aqueles que nunca abandonaram a luta por uma sociedade mais justa.

## RESUMO

Nossa monografia constatou que vivemos atualmente num crescente e profundo estado de fragmentação e desmobilização social e pessoal. Se até a década de 1960 as questões sociais se situavam em torno da identidade de classe, que representava a luta entre os segmentos economicamente díspares da estrutura social, a partir do final dessa década, passou-se a priorizar questões sociais ligadas à identidade e interesses estritamente grupais como mulheres, estudantes, chegando aos dias de hoje, a um estado de desidentificação e individualização, e ainda mais, de fragmentação dos próprios sujeitos. Nesta dinâmica social encontra-se o movimento estudantil que, como se tomasse do próprio veneno, hoje sofre com esse processo de fragmentação social que ajudou tecer, levando-nos a crer que os anos entre 1980 e 1990, em comparação aos anos 1960, representou uma perda, pois ao contrário da geração passada, este se ausentou da cena política, mostrando-se individualista, conservador e indiferente às questões políticas e sociais mais amplas. A partir dessa ótica, analisamos o movimento estudantil da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mostrando como esse movimento mudou sua trajetória nas últimas décadas. Concluímos que o movimento estudantil deve ir além do seu particularismo, engajando-se em uma luta comprometida com a transformação dos problemas sociais do nosso tempo como: a miséria, a violência, a destruição ecológica, a injustiça etc., em *prol* de um novo projeto social e da única identidade puramente incluyente: a humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento Estudantil; Identidade; Movimento Social.

## SUMÁRIO

Introdução.....	07
1-A Construção da Identidade.....	09
2- A Questão da Identidade e os Movimentos Sociais.....	12
2.1- O Movimento Estudantil e a Identidade.....	22
3- Síntese Histórica do Movimento Estudantil Brasileiro.....	26
4-Breve História do Movimento Estudantil da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.....	34
4.1- Reflexões sobre a especificidade do Movimento estudantil da UFRuralRJ.....	38
Considerações Finais.....	42
Bibliografia.....	45

## INTRODUÇÃO

A hegemonia do sistema de produção capitalista provocou o fracionamento tanto da classe trabalhadora (Bernardo, 2000) como da classe dominante (Bernardo, 1987). Tal situação possibilitou o aparecimento de ações coletivas “de caráter sócio-político, construídas por atores sociais pertencentes a variadas classes e camadas sociais (...) (que) politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil” (Gohn, 1995, p.44), dessa forma nascem os movimentos sociais.

Embora os movimentos sociais tenham surgido, segundo Siqueira (s/d), baseada em Tarrow (1994), “a partir do século XIX, defendendo interesses próprios, a fim de provocar mudanças institucionais, utilizando-se de formas de organização e atuação não-convencionais” (p.04) e fundamentalmente norteados por uma perspectiva classista, organizados assim “a partir do mundo do trabalho” (Gohn, 1995, p.44), ou seja, inseridos nos embates provenientes das relações de produção do capitalismo, na atualidade isto já não é mais uma regra.

Os denominados “novos” movimentos sociais implementam ações específicas, afastadas das condições socioeconômicas vigentes e desviadas de uma proposta de construção de sociabilidade distinta das relações sociais capitalistas e particularmente vinculadas às dimensões da identidade humana (SCHERER-WARREN, 1996), ou seja, descontextualizadas da lógica do capital. Embora possa se imaginar que estes movimentos expressem uma preocupação com a condição do indivíduo, nossa percepção é que enquanto voltados para uma subjetividade, uma identidade coletiva, que não considere o contexto das relações sociais impostas pelo capitalismo, estes movimentos tendem ser absorvidos, em suas práticas,

propostas e pseudoganhos de ilusória participação social na estrutura do poder, pela institucionalidade vigente.

Dentre os diversos movimentos sociais que atualmente se desenvolvem, chama-nos particular atenção o movimento estudantil, não apenas pelo fato de que congrega em seu interior sujeitos oriundos de diferentes segmentos e classes sociais que se encontram entre si historicamente em luta, mas também por ter na Universidade seu nascedouro e trincheira de ação.

Nosso interesse pelo estudo da afirmação da identidade do Movimento Estudantil surgiu por não percebermos nem a existência de políticas acadêmicas que, coadunadas com políticas sociais, se nortegassem quer para os fins maiores da Universidade quer para a transformação social, nem tampouco de propostas ou movimentações estudantis coletivas direcionadas para tais.

Percebemos, sim, ações fragmentadas tão somente direcionadas para interesses de cada uma das categorias que compõem o universo acadêmico – discentes, docentes e técnicos administrativos – ou de pequenos grupos particulares – formado por número não representativo de membros de mais de uma categoria –, buscando estas ações obter resultados favoráveis a demandas que, como procuraremos demonstrar no decorrer do estudo, não incluem os segmentos sociais externos da sociedade e que, no nosso entendimento, deveriam ser os principais beneficiados pela atuação e mesmo pela razão de ser da Universidade.

Assim sendo, nosso trabalho tem a pretensão de refletir sobre o Movimento Estudantil brasileiro, no que concerne a sua identidade, a partir de sua relação com outros atores sociais de forma específica e a sociedade como um todo segmentado pelas relações de produção da sociedade capitalista, buscando constatar, ou não, sua absorção institucional e/ou sua utilização como instrumento de manutenção da estrutura de poder.

## CAPÍTULO I

### 1-A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Para Silva (2003), é a identidade que nasce da diferença. Trata-se de uma relação de poder desequilibrada e assimétrica, tendo em si, por parte dos grupos sociais, uma vontade de diferenciação que, segundo o autor e segundo Woodward (2003), existe na busca por uma afirmação e uma luta de interesse por privilégio e consequência material.

Woodward (2003) vê a diferença como um elemento central dos sistemas classificatórios, onde ocorre um importante processo de produção simbólica e social de significados, envolvendo a criação e da manutenção da identidade.

O simbólico, para Woodward (2003), representa a forma pela qual damos sentidos às práticas e às relações sociais, definindo, por exemplo, posições para os sujeitos como incluídos ou excluídos e aquilo que somos e aquilo que podemos nos tornar. O social representa essas classificações da diferença que são assumidas nas relações sociais.

Para Woodward (2003), a identidade é fabricada através da marcação da diferença que ocorre por meio de sistemas simbólicos de representação e formas de exclusão social onde esta não é o oposto da diferença, mas depende dela.

Para Silva, numa visão mais radical sobre o conceito de identidade, seria possível dizer que, na relação entre identidade e diferença, é diferença que vem em primeiro lugar. Trata-se de uma operação de diferenciação, ou seja, de produção de diferença e constituição de um elemento que é atribuído à qualidade de normal e que, depende da diferença para existir.

Portanto, como a definição da identidade precisa da diferença, a definição do que é normal e do que “está dentro” se dá a partir da definição do não normal e do que “está fora” (parte que forma um todo com o normal e o de dentro) para existir, representando a identidade que necessita para sua formação de um elemento ativo que é a diferença.

Assim, o que está na origem é diferença, que faz com que o ato de afirmação da identidade seja compreendido como ato ou processo de diferenciação.

Autores como Woodward, Stuart Hall e Silva vêm na relação identidade e diferença envolvidas numa relação de poder. Relação esta que fica explícito na fala destes autores como sendo algo que envolve a inclusão ou as exclusões sociais, culturais e econômicas.

Segundo Ruthford (apud WOODWARD, 2003), a identidade está entre a nossa vida cotidiana, estabelecendo uma relação com a economia e as políticas de subordinação e dominação.

Trata-se de práticas de significação produtoras de significados, envolvendo relações de poder em desequilíbrio (DERRIDA apud WOODARD, 2003) que, entre outros, pode definir quem é incluído e quem é excluído. Para a escritora feminista francesa Hélène Cixous, baseada em Derrida, as divisões de gênero igualmente representam “distribuição desigual de poder entre os dois termos de uma oposição binária”, sendo também a base das divisões sociais.

Para SILVA (2003), a compreensão da identidade e da diferença acontece, a partir dos sistemas de significação nos quais adquirem sentidos, não na natureza, mas na cultura e nos sistemas simbólicos que a compõem, o que não significa dizer que são determinadas de uma vez por todas, pelo sistema discursivo e simbólico que lhes dão definição, uma vez que a própria língua que a criam é um elemento instável.

Sendo definidas, em parte por meio da linguagem, a identidade e a diferença também se tornam indeterminada e instável, onde não há referencial natural ou fixo ou absoluto anterior à linguagem e fora dela, pois somente possui sentido em relação a uma cadeia de significação, envolvendo outras identidades com essas mesmas características. Assim, identidade e diferença são, tanto quanto a linguagem da qual dependem, indeterminadas e instáveis.

A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder e neste jogo poder há os que possuem o poder de definir a identidade e a diferença e o poder de marcar a diferença se liga às relações mais amplas de poder, fazendo da identidade e da diferença algo não inocentes.

Portanto, onde existe diferenciação, ou seja, a diferença como processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas, existe também o poder.

A presença do poder também se mostra, dentro deste jogo, no ato de decidir quem é incluído e quem é excluído, quem pertence e quem não pertence, demarcando fronteiras entre “nós” e o “eles”.

Derrida (apud SILVA, 2003) se refere à idéia de oposição binária com, por exemplo, nós e eles como sendo a expressão de um processo que privilegia um termo na sua relação com outro, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe um valor negativo.

Trata-se de um processo de classificação, pressupondo um ato de significação em que se divide e se ordena o mundo social em grupos e em diversas classes, sempre a partindo do ponto de vista da identidade, ou seja, as classes sociais e agrupamentos que estabelecem relações assimétricas e hierarquizadas de poder, onde uma das partes possui o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos.

## CAPÍTULO II

### 2- A QUESTÃO DA IDENTIDADE E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Vivemos atualmente num crescente e profundo estado de fragmentação e desmobilização social e pessoal. Se até a década de 1960 as questões sociais se situavam em torno da identidade de classe, que representava a luta entre os segmentos economicamente díspares da estrutura social, a partir do final dessa década, passou-se a priorizar questões sociais ligadas à identidade e interesses estritamente grupais como mulheres, negros, homossexuais, estudantes, entre outros, chegando aos dias de hoje, a um estado de desidentificação e individualização, e ainda mais, de fragmentação dos próprios sujeitos.

Assim, temos um processo em que os sujeitos cada vez mais substituem o ato de incluir pelo ato de excluir, um processo em que os sujeitos cada vez menos se identificam e cada vez mais se diferenciam.

Trata-se de embates teóricos, com o caráter de denúncia e/ou de proposição, em que o global perde para o contextual, o social para o grupal, o grupal para o individual e o indivíduo para o caráter corrosível.

No centro desta questão encontra-se a identidade. Esta envolve uma relação de poder e de interesse de caráter social, grupal e individual, pressupondo um comprometimento ou uma visão utilitária, um estado consciência ou um estado alienação, um estado de opressão ou um estado de resistência, um estado afirmação ou estado diferenciação.

A identidade tanto resiste à incorporação como resiste à fragmentação, assim vemos identidades como classes sociais, nações e partidos, movimentos sociais como MST, Feminismo, Homossexualismo, Movimento estudantil etc, lutando tanto para não serem absorvidos por outras identidades, como também para não se fragmentarem diante de outras identidades e dos sujeitos descomprometidos.

Assim, se torna necessário uma compreensão em torno das questões que envolvem os agrupamentos sociais, procurando entender as múltiplas conseqüências que atingem os indivíduos, os grupos sociais, a sociedade e o ser humano.

O fato é que diante deste estado de fragmentação e desmobilização em que vivem as sociedades, os grupos e os próprios sujeitos sociais, torna-se muito difícil a tarefa de formação de uma consciência coletiva e, conseqüentemente, de uma ação conjunta que seja capaz de lutar por questões estritamente ligadas a um grupo social, que dirá aquelas questões sociais mais amplas.

As mudanças de interesses acabam por demandar estratégias políticas que também vão se transformando com o passar do tempo. Assim, a idéia de revolução armada dá lugar ao processo eleitoral que envolve partido de massa e a idéia de revolução cultural, e estes, por sua vez, dão lugar aos movimentos sociais, que dão lugar a subgrupos que também lutam contra o individualismo.

Parece que atualmente há uma desmobilização que atinge o todo social, de modo que o individualismo – marca da estrutura capitalista – muitas vezes contamina os movimentos sociais, desmobilizando-os e impedindo-os de lutar até mesmo por direitos específicos da categoria. Pérez Gómez (2001) ao se referir a pós-modernidade, afirma que o ser humano se encontra, entre outras coisas, sem fundamento e sem horizonte definido, vivendo com a incerteza e a falta de sentido ideológico do presente. Parece que vigora um vale-tudo, a postura cínica que leva as pessoas a tirarem proveito da injustiça em benefício próprio.

A identidade e a diferença é resultado de uma relação social e a sua definição está sujeita a relações de poder, o que envolve disputas entre grupos sociais. Esta luta em torno da identidade se efetiva também em torno da disputa por recursos simbólicos e materiais na sociedade.

Segundo Silva (2003), a fixação de uma identidade como a norma é um processo sutil que envolve o privilégio, por parte de um grupo, de poder hierarquizar as identidades e as diferenças. A partir idéia de que a identidade envolve, um binarismo significando uma relação de poder, ele propõe que a identidade seja questionada e problematizada.

Stuart Hall (apud SILVA, 2003), afirma que a identidade emerge das relações poder, da marcação da diferença e da exclusão e não de uma construção natural, pois a identidade e a diferença não possuem uma preexistência, portanto não passando de elementos passivos da luta, da disputa, do social, da cultura, algo contestável e criticável.

A identidade, no mundo contemporâneo, representa problemas sociais, pedagógicos e curricular vez que, vivemos numa sociedade atravessada pela diferença, não podendo evitar o encontro com o “outro”, o estranho e o diferente.

Na solução de tais problemas, não se pode esquecer de que a compreensão da identidade e da diferença acontece, a partir dos sistemas de significação sociais e culturais e não na natureza, através de um sistema discursivo e simbólico que lhes dão definição e de uma relação de poder, onde não há referencial natural, fixo ou absoluto anterior à linguagem e fora dela, portanto sendo construída no sistema social e cultural.

Silva (2003) parte da idéia de que identidade e diferença têm entre si uma relação de dependência que tende a ser omitida pela forma afirmativa na qual a identidade expressa. Uma identidade não se esgota em si mesma.

A afirmação “sou brasileiro”, deve ser entendida como não sou argentino, não sou chinês, não sou japonês etc., pois o não pronunciar todas essas frases negativas sobre a afirmação da identidade, se deve ao fato de que a gramática permite uma simplificação, que possibilita uma compreensão, a partir da simples frase dizer “sou brasileiro”. Trata-se, na verdade, de uma cadeia quase oculta, envolvendo declarações negativas com relação a outras identidades.

Para Stuart Hall a identidade tem a ver com a produção daquilo que nós somos e aquilo que podemos nos tornar, processo que se dá através da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura. A cultura é um elemento capaz de moldar a identidade ao dar sentido à experiência e criar a possibilidade de opção, diante das várias identidades existentes.

Para Silva (2003), a diversidade biológica poder vir da natureza, mas a diversidade só pode vir da cultural, pois esta não é um ponto de origem, mas o ponto de chegada, diante de um processo conduzido por operações de diferenciação, o que leva a necessidade de uma teoria que tome a diferença e a identidade como elementos possíveis de questionamento.

É preciso reconhecer que a luta e a contestação envolvendo a identidade se concentram na construção cultural de identidades. Se nos anos 1970 e 1980, a luta política se dava em termos de ideologia em conflito, hoje esta ocorre através da competição e conflito entre as diferentes identidades.

Há quem diga, como Mohanty (apud WOODWARD, 2003) que a celebração da diferença não deixa passar despercebida a comum opressão econômica na qual esses grupos estão profundamente envolvidos, nem nos leva a ignorar a natureza estrutural da opressão, pois a idéia de pluralidade cultural é um ideal político que funciona como um *slogan* metodológico.

A questão é sabermos como negociar entre as várias histórias diferentes e como recuperarmos o que temos em comum. O fato é que o sujeito fala, sempre, a partir de uma posição histórica e cultural específica que pode ser contestada através da luta política, que se caracteriza pela busca do reconhecimento das identidades. Há até os que dizem que os novos movimentos sociais podem, através da afirmação da diferença de grupos marginalizados, se transformar em uma alternativa à universalidade da opressão e isso é o que veremos mais tarde.

Segundo Bauman (2003) a identidade tão procurada hoje pelas pessoas deseja substituir as antigas comunidades naturais, que tinha uma coisa que não se vê atualmente, que é o sentido de segurança e fraternidade humana.

A identidade é, para ele, uma forma de cabide de medos e ansiedades individuais, mas também significando, entre outras coisas, uma diferenciação e, por isso, uma separação, uma divisão. Trata-se de fronteiras que, apesar da globalização não vão desaparecendo, porém surgindo como algo febril e feroz, que somente depois de apontar as armas para os intrusos, é que se busca a uma narrativa para sua gênese (BAUMAN, 2003).

Nada diferente do que denuncia Stuart Hall (2000), onde se criam discursos e mitos de origem para a identidade. Poderíamos até dizer com, base nisso, algo com um fundo de desespero e irracionalidade. Algo do tipo “primeiro atira depois pergunta”, porque no jogo do “salve-se quem puder” não há vez para a salvação de todos.

O problema, para Bauman (2003), é que todas estas construções não passam de um alívio momentâneo e transitório, para onde vão surgindo novos aspectos desagradáveis que são previamente invisíveis e imprevisíveis e que, não são percebidos pelos indivíduos, por estarem envolvidos numa guerra entre vizinhos, guerra de caráter particular.

Para esse autor a comunidade foi destruída pela revolução industrial, aparecendo uma individualização, por meio da quebra de laços morais e emocionais com a família e a vizinhança das pessoas, como estratégia de adaptação destas às fábricas, o que resultou mais tarde, na emancipação de uns e na opressão de outro. Este projeto não tinha sentido em termos de dignidade, mérito e honra para a maioria, por isso passa a prevalecer o clima de competição e a busca por lucro, tratando-se de algo despersonalizante e desumanizante (BAUMAN, 2003).

Bem mais tarde, surgiu um grande desencajamento, representado pelo vazio moral, falta de lealdade pessoal e incerteza. Aqui o que existe é a impossibilidade de união dos sofredores que antes são separados e divididos, porque as suas dores não se somam e conseqüentemente, não se transformam em uma “causa comum” que junta forças para agir em uníssono para evitar a desintegração dos laços humanos. (BAUMAN, 2003).

Uma unidade só se faz hoje de através de acordos artificialmente produzidos, envolvendo uma longa e tortuosa argumentação e persuasão, onde se compete com outras variadas promessas de soluções mais eficazes e corretas para os problemas da vida (BAUMAN, 2003).

Richard Rorty (apud BAUMAN, 2003) fala do surgimento de uma “esquerda cultural”, inserida em uma “política de identidade”, voltada para o reconhecimento das diferenças e trabalhando com as ocultas motivações psicossociais e estigmas, desprezando o lado econômico das questões e se baseado no estudo culturalista sobre a história das mulheres, negros, gays etc. Pouco se importando, como se queixa Rorty, com os estudos envolvendo, por exemplo, sobre os sem-tetos e desempregados.

Trata-se de uma esquerda que veio substituir a esquerda politicamente correta. O fato é que as pessoas nas suas inseguranças e incertezas acabam por se engajar em qualquer coisa, em busca por qualquer tipo de conforto, onde são tecidas ‘com os transitórios fios dos juízos subjetivos’ e com a paixão servindo de cimento para a união dos adeptos das identidades (BAUMAN, 2003).

É interessante pensar que o nome deste tipo de política já diz tudo, diferença, ou seja, sendo oposto à igualdade que, por isso, direta ou indiretamente vai contribuindo para o esquecimento de um engajamento político de caráter mais amplo e a idéia de uma igualdade social.

Para termos uma idéia de como acontece a manipulação das subjetividades dos indivíduos e grupos, podemos citar, como exemplo, o caso de uma empresa transnacional como a Nike, que administra um espetáculo como a Copa do Mundo, sendo ela apátrida. Porém, estando como aproveitadora da manipulação das subjetividades de bilhões de indivíduos espalhados pelo planeta, estimulados pela propaganda a torcerem pelo time de futebol representante do seu país, ao mesmo tempo em que se tornam colaboradores de uma acumulação de capital em curto espaço de tempo, por uma empresa que não tem pátria, mas que tanto estimula quanto se utiliza deste sentimento para tirar proveito de uma massa de indivíduos em benefício de poucos.

É como diz Bauman (2003) a comunidade, ou seja, a identidade, como é hoje chamada, é um campo que alimenta a indústria do entretenimento, explicando o sucesso contínuo e impressionante da indústria cultural que se dá através de poderosíssimas tecnologias eletrônicas que criam espetáculos, onde participam multidões de indivíduos que se curvam diante de algo em que julgam ter uma força muito superior a sua.

Segundo o autor, a elite é desterritorializada. E ele cita o exemplo de um executivo da Nike que afirma sua extraterritorialidade e despreza os que pensam de outra forma. Os homens bem-sucedidos são aqueles que, antes de qualquer coisa fogem da comunidade, pois pouco se ganha com as obrigações comunitárias. A idéia de que se ganha mais com os próprios meios e músculos, assumem o lugar da obrigação compartilhada. Para os “poderosos bem-sucedidos”, a vontade de “dignidade, mérito e honra” paradoxalmente requer a negação da comunidade. (BAUMAN, 2003).

Assim, vemos indivíduos em seus “mundinhos”, uns contando com a derrota dos outros para serem vitoriosos, em quanto que os manipuladores de suas subjetividades nunca perdem, mas somente ganham. Onde mal se quer imaginam que o capitalismo desde do seu início teve,

paradoxalmente, tanto a criação de fronteiras nacionais, como a idéia de destruir todos os entraves para sua expansão mundial. (HALL, 2000).

Não há lugar para o compartilhamento do bem e da segurança conjunta. Somente há lugar para os compromissos de curto prazo, envolvendo eventos de entretenimentos como festival pop e problemas cotidianos ou uma luta conjunta para emagrecer. Criando o que o autor chama de uma “comunidade estética”, que representaria algo bem distante de uma “comunidade ética” que exige um compromisso mais duradouro, direitos inalienáveis, obrigações inabaláveis e compartilhamento fraterno (BAUMAN, 2003).

As contradições entre estes dois tipos de comunidades, diz o autor, são apresentadas erradamente como questões filosóficas e dilemas em que devem ser selecionados através de um raciocínio refinado, deixando de ser apresentadas como ‘produto dos genuínos conflitos sociais que na realidade são’. (BAUMAN, 2003, p.68).

Enquanto a demanda por redistribuição evoca a idéia de igualdade e de integração, a demanda por reconhecimento evoca a diferença, a separação, a divisão e a interrupção do diálogo. Além do risco de se cair em um relativismo que poderia ser evitado através da junção entre estas duas demandas. O fato é que a solução das problemáticas sociais ajudaria na possibilidade de um diálogo significativo, derrubando a idéia de estreitamento, em prol de uma ampliação da comunidade Ética (BAUMAN, 2003).

Portanto, hoje instituições como sindicatos não contam com sujeitos coletivos e capaz de uma ação una e continuada, pois a competição entre indivíduos é algo mais significativo do que a proposta de união entre indivíduos semelhantes. As perspectivas das queixas e das injustiças neste momento de desengajamento político passaram por um processo de individualização, o que leva a uma experiência de vida que resulta no enriquecimento dos

esforçados ou dos possuidores de sorte e da miséria dos ociosos. Faltando, neste projeto de vida, uma referência de base comunitária (BAUMAN, 2003).

Os indivíduos pela sua incapacidade de controlar as relações sociais em que se encontram envolvidos, procuram reduzir o mundo ao tamanho da sua comunidade, agindo politicamente a partir dela, o que significa trazer um obsessivo particularismo (BAUMAN, 2003).

Não há agentes políticos que se interessem pelo rompimento deste círculo vicioso do exclusivismo ou pela eliminação de sua fonte. Enquanto isso, forças poderosas conspiram para a perpetuação do exclusivismo e das suas fronteiras (BAUMAN, 2003).

O fato é que a demanda por reconhecimento perdeu de vista a necessidade de redistribuição, levando a afirmação da identidade especial e não dando o consolo suficiente aos indivíduos que se vêem obrigados a aceitarem tais cumplicidades, por serem vítimas da crescente desigualdade na divisão dos recursos (BAUMAN, 2003).

A afirmação da especificidade cultural serve de pouco consolo diante de uma desigualdade que se faz maior, levando os indivíduos a aceitarem o que lhes são impostos. Perdeu-se de vista que a demanda por reconhecimento não se sustenta sem a prática da redistribuição (BAUMAN, 2003).

Segundo BAUMAN (2003), os intelectuais de hoje buscam refugio no multiculturalismo, o que não passa de adesão à ideologia do fim da história - ligada a idéia de desengajamento que representa a nova forma de poder, de ajustamento as novas realidades, de variedade e de dominação - e significa um não ter nada a dizer sobre a condição humana (BAUMAN, 2003).

O direito à diferença cultural pode até permitir uma convivência entre elas, mas não garante entre elas uma conversa, pois quando isto ocorre no lugar do telefone é utilizado o cano de uma arma, o que representa a ausência de uma vida partilhada (BAUMAN, 2003).

Cultura significa muralha defensiva e fortaleza sitiada, representando um abster-se da relação com o estranho onde a defesa da comunidade precede qualquer outro compromisso. Em resumo significa, pela incapacidade de diálogo com o outro, uma perpetuação do isolamento, da separação e da divisão (BAUMAN, 2003).

Uma vez habitando numa realidade de hostilidade e de desigualdade, os indivíduos tanto se tornam individualista, passando a acreditar somente na ação isolada, quando se apegam, pelo seu desespero de sobrevivência, a um grupo identitário que representa uma união frágil e irracional entre uns poucos, comparado a um todo social, pelo fato de não perceber que sua sobrevivência é ameaçada por uma elite global e beneficiária das várias divisões sociais.

Segundo Wolff (1970) as defesas do pluralismo giram em torno da idéia da defesas de uma tolerância, que neste caso, nada tem de virtude, mas apenas servindo de um remédio desesperado para uma doença que ameaças torna-se fatal e um 'viva-e-deixa-viver' da praça do mercado. Havendo uma concorrência econômica que, contraditoriamente tanto reconhece a legitimidade das reivindicações do adversário, quanto lhe nega espaço, ou seja, há de um lado uma aceitação mútua de outro, uma guerra incondicional.

Ao contrário do que muitos pensam, o pluralismo não está livre dos perigos das distorções ideológicas. Uma delas é a idéia da existência de um equilíbrio de poder, que não ocorre uma vez que os grupos se sobrepõem uns aos outros. Assim, o autor dá a entender que os grupos já estabelecidos se sobreporá aos outros grupos ainda não formados e por isso, tende a perpetuar e justifica a desigualdade ignorado-a. Sua aplicação concreta mantém a desigualdade (WOOLF, 1970).

No pluralismo, o reconhecimento legítimo do grupo traz para este, uma condição de beneficiários de uma política tradicional distributiva, em detrimento de outros ainda sem o

reconhecimento de sua legitimidade, o que por consequência, o faz vítima de uma desigualdade social (WOOLT, 1970).

Não se pode acreditar que o pluralismo cultural seja remédio para a não distribuição da riqueza e questões de poder entre os grupos sociais. Pois sabemos que o crime e os cortiços urbanos são mais prejudiciais aos pobres do que aos ricos e, mais aos negros do que aos brancos, mas acima de tudo, sabemos que são problemas ligados a toda sociedade e não de uns grupos particulares, estando ligado não meramente à soma de bens privados, mas ao interesse e ao bem geral. (WOOLT, 1970).

A solução de tais problemas se encontra na transformação de toda a sociedade como um grupo autêntico, com finalidade coletiva e uma concepção de bem comum (WOOLT, 1970). O pluralismo somente vê espaço para a preservação do sistema de grupos de pressão, não se importando com a possibilidade de ação comunal na preservação do bem geral. E com a reorganização geral da sociedade, além de nega a existência dos interesses globais (WOOLT, 1970).

Dentro desse cenário de formação de identidade dos movimentos sociais, o movimento estudantil vem se constituindo, de um lado encontramos hoje a discussão do pluralismo cultural, do multiculturalismo e, em tempos mais remotos, a discussão sobre as utopias sociais e a ideologia. Passaremos agora a refletir sobre como se efetiva a construção da identidade do movimento estudantil, buscaremos compreender como nas últimas décadas esse movimento foi se constituindo.

## **2.1- O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A IDENTIDADE**

Como qualquer outra organização social, o movimento estudantil tem a sua atuação política de modo a estar sempre travando uma dialética com o contexto sócio-histórico e

cultural, assim, sua relação com as várias concepções sociais, culturais e políticas, de cada momento, significa uma certa forma de agir e de pensar. Trata-se de uma postura - o que é bom lembrar aqui - que nem sempre correspondeu a uma uniformidade, como interesses e convicções comuns, mas tendo sempre uma forma prevalecente de postura política.

Quanto à sua postura política, podemos dizer que a idéia de esquerda e direita representou um referencial para a identidade do movimento estudantil, e a opção pela esquerda é a que vem prevalecendo por muitas décadas.

Esse movimento entra em diversos embates sociais, envolvendo-se por diversos interesses e diversas formas de lutas, o que dificulta a própria definição de tudo que envolve a sua identidade.

Sem contar que a própria idéia de esquerda foi se modificando com o passar do tempo, influenciada pelas mudanças nas diversas instâncias sociais. Por exemplo, na final da década de 1930 surge a corrente política denominada de Nova Esquerda. Esta tendência passava a buscar não mais o que representava o socialismo do final do século XIX, mas a democratização dos processos de decisão, de forma geral. Atingindo agora, além do econômico, o social e aspectos da vida, como família, partido, escola etc., e que vão gerar uma política de reivindicação tendo como base os interesses de grupos identitários.

A Nova Esquerda traz consigo, como consequência, o surgimento de movimentos de libertação envolvendo, além das mulheres, que serviram de alavanca para o movimento (HALL, 2000), os grupos raciais, os jovens, estudantes etc. (SINGER, 1984). Tais movimentos se fortalecem muito na década de 1990. Nesse momento, os movimentos de caráter ideológico parecem se enfraquecer.

A partir desse período, o Movimento estudantil que, embora com a sua tradição de engajar-se nas lutas dos movimentos sociais, parece estar num estado de desmobilização,

inclusive sofrendo, da mesma forma, com a presença de uma diversidade de redes sociais juvenis e tendências estudantis, além dos interesses particulares dos líderes oportunistas que desgastam a entidade em seu caráter nacional e local, gerando divisões internas.

A própria Universidade não se caracteriza mais, como em 1960 e 1970, como um espaço privilegiado da juventude, pois há hoje outras formas de militância: sindicatos, partidos, movimentos populares, movimentos negros, homossexuais, associações comunitárias, voluntariados (LINO DE PAULA, 2004).

Assim, se o histórico do movimento estudantil, como afirma Poerner (1995), com relação ao país e como afirma Lino de Paula (2004), com relação a UFRuralRJ, sempre foi mais uma opção pela esquerda do que pela direita e se sua luta envolvia interesses que iam além dos seus como, por exemplo, a luta contra a ditadura, a exploração do trabalhador, a carestia, o latifúndio, conservação da estrutura social etc, por meio da participação em luta armada, passeatas, organização de trabalhadores, movimentos sociais, partidos políticos etc. Atualmente este passa a lutar apenas pelos interesses da própria categoria, demonstrando muitas dificuldades para isso.

Na medida em que se alteram os interesses, alteram-se também as estratégias. Na UFRuralRJ, a posição assumida pelo Movimento estudantil foi durante muito tempo, uma vinculação partidária ligada a questões mais gerais e/ou estudantis, passando a uma posição independente, não partidária, ligada a questões acadêmicas e/ou meramente estudantis, vinculadas ao cotidiano (LINO DE PAULA, 2004).

Os interesses perseguidos por esse movimento estudantil demandaram estratégias e a estratégia preferida é a de aglutinação em torno destes interesses. Assim, também a dificuldade de se criar, nos indivíduos, um interesse por questões coletivas, levam os líderes a verem a idéia de aglutinação quase como um fim em si mesmo, sendo necessário criar um

movimento, muitas vezes, sem uma identidade definida, uma vez que seus integrantes somente participam daquilo que lhes convém e atendem a seus interesses mais imediatos, como é o caso de um terço dos estudantes da UFRuralRJ, quando lutam pelo bandeirão, dentro de um caráter imediatista.

## CAPÍTULO III

### 3- SÍNTESE HISTÓRICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO

Segundo Brandão e Duarte (1990), os jovens pela sua capacidade de mobilização e de formulação idéias se tornaram os principais articuladores dos movimentos de transformação social, nas últimas décadas, sejam eles de caráter radical ou utópico.

Lutaram no plano moral contra antigos valores e no plano político mostrou que a revolução não é somente feita através do confronto armado, mas também através do protesto, da crítica, da reivindicação e da idéia.

A partir de 1930, a instituição escolar brasileira vem ocupando um lugar central na sociedade. Observamos uma relação dialética entre a sociedade e a instituição escolar. Neste contexto surge o movimento estudantil, os jovens vêm lutando para representar seus interesses e demonstrar sua responsabilidade social e convicção política.

A participação do estudante brasileiro nas questões sociais precede o ano de 1937, mas foi neste ano que a mais importante organização estudantil do Brasil, a União Nacional dos Estudantes (UNE) nasceu, possibilitando a este segmento um pensar além dos problemas de caráter específico e determinado (POERNER, 1995).

A UNE se oficializa e passa a ser reconhecida como o único órgão representante oficial dos estudantes no Brasil, passando a realizar congressos anuais que possibilitaram uma troca de experiência entre os estudantes de todo o país (POERNER, 1995).

A partir do 2º Congresso realizado pela UNE, em 1938, esta passou a ter uma conotação política com relação ao que havia ocorrido em seu 1º Congresso, em 1937. Com isso, passam a fazer parte das discussões estudantis os problemas nacionais como questões educacionais e questões estudantis. Assim, em 1939 a primeira diretoria oficial da UNE já pensava numa

reforma educacional no país, o que representa um dos temas mais antigos entre os vários problemas abordados pelos estudantes (POERNER, 1995).

Esta entidade nasce, de acordo com Cunha (CUNHA apud LINO DE PAULA, 2004), subordinada ao Estado, mas logo tratou de se desvincular e buscar sua autonomia. Assim, em 1945, já significava uma força política crescente, tendo abandonado de vez seu caráter apolítico. Se nos primórdios a UNE não demonstrava claramente a sua finalidade política, por isso esta entidade caminhava para uma falta de entendimento e uma desagregação, por conta da postura individualista e estéril de seus membros, que somente pensavam nas migalhas dos órgãos oficiais, nos diplomas e na vida fora da universidade e por isso estavam alheios à luta mais ampla (POERNER, 1995), no entanto não demorou muito tempo para ela assumir a sua vocação política.

A fase que vai de 1937 a 1940 representou para a UNE um momento que implicava na sua fundação e, principalmente, sua consolidação (POERNER, 1995). Em 1940, a UNE se engajou em uma campanha pacifista contra a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Mas entre 1942 e 1945, a entidade optou por levantar a bandeira de luta contra o nazi-facismo internacional e a favor da democratização nacional (POERNER, 1995).

Assim, em 1942 os estudantes ocupam a sede do clube Germânica, criando um QG antifascista. Já 1943, eles lideraram uma passeata por questões ligada à guerra, além de promover campanha de doação de sangue para os feridos de guerra, e em 1945 promovem manifestações contra o presidente Getúlio Vargas (POERNER, 1995).

Entre 1947 a 1950, o Partido Socialista Brasileiro obteve uma hegemonia sobre a UNE, neste período foi lançado o maior movimento de opinião pública da história do Brasil, a campanha “O Petróleo é Nosso”, a UNE participou ativamente deste movimento.

Em 1950, posições de direita começam a influir nos destinos da UNE, há uma infiltração norte-americana no movimento estudantil brasileiro. Situação que durou até 1956, representando um momento de decréscimo da participação política estudantil, com o surgimento do “peleguismo” universitário e a cooptação dos estudantes por parte do Ministro da Educação (POERNER, 1995). Em 1959, os estudantes se engajam em uma manifestação popular, contra o aumento de preço e a péssima qualidade dos serviços prestados pela *Light*.

A partir da década de 1960, os estudantes assumiram verdadeiramente um compromisso com as questões políticas e sociais, chegando a condição de protagonista da crise de valores e conflitos de gerações. Assim, o movimento estudantil teve grande repercussão pelo seu caráter contra-hegemônico (LINO DE PAULA, 2004).

Em 1961, sob a direção de entidades católicas, UNE passa a trabalhar com a Ação Popular. Tratava-se de um movimento que foi favorecido em seu surgimento tanto pela forte ebulição social, que somente foi contida em 1964 pela intervenção policial-militar, como pelo aprofundamento da visão crítica que a UNE passava a ter sobre a universidade brasileira (POERNER, 1995).

Assim, os estudantes passam a pensar na Reforma Universitária, tendo em vista que esta deveria ser comprometida socialmente e lutar pelas necessidades concretas do povo brasileiro (POERNER, 1995). A UNE se engajou, a partir de 1963, de corpo e alma em todas as questões políticas de relevância. Os líderes estudantis seguiram sua luta política pela Reforma Universitária se orientando por esta perspectiva até 31 de março de 1964 (POERNER, 1995).

Há uma mudança significativa por parte dos líderes estudantis que passam a ver o Brasil, a partir de uma visão anticapitalista e revolucionária, percebendo-o como uma sociedade capitalista classista e agrária que precisava socializar sua economia e sua educação. Assim, os

líderes estudantis lutam pela democratização do ensino em todos os níveis e pela abertura de universidade para o povo (POERNER, 1995).

A UNE tinha como preocupação a politização de estudantes, estes deviam se aproximar do povo, por meio de campanha de alfabetização e campanha sanitária de erradicação de doenças no campo, assim como fazer a aproximação com a favela e subúrbio, onde se descobriam novas trincheiras de luta (POERNER, 1995).

Tudo caminhava quando se chega a 31 de março de 1964, quando se encerra, mais um *round* da luta pela emancipação e democratização do país. Nesse período, inicia um estado de repressão que levou ao exílio vários líderes estudantis (POERNER, 1995). A história da UNE e do movimento estudantil se mistura com a história da repressão e da intervenção estrangeira no Brasil. A partir desta data, ser estudante era ser subversivo e representar perigo.

Em 9 de novembro de 1964, dá-se início a um processo de institucionalização da repressão. Primeiro foi a repressão particular contra estudantes, através da Lei Suplicy de Lacerda que visava o fim do movimento estudantil brasileiro, depois, em 27 de outubro de 1965, se edita um Ato Institucional, que fez uma intervenção na Universidade de Brasília (POERNER, 1995). Estava proibido se reunir nas férias, fazer greve e fazer propaganda político-partidário (POERNER, 1995).

Nesse período, o Brasil convivia com a repressão policial-militar e a interferência norte-americana, enquanto o movimento estudantil tentava uma reação sem ter sucesso (POERNER, 1995). Na segunda metade da década de 1960, os estudantes promovem congresso e passeatas, que tinham como objetivo uma oposição ao governo militar, lhes custando, com isso, prisões e mortes e o incêndio da sede da UNE (POERNER, 1995).

Em 1965, ocorreram prisões, torturas de alunos e demissões de professores, levando os alunos ao movimento grevista e à ocupação da universidade, devido ao aumento dos preços das refeições (POERNER, 1995).

O ano mais importante da história do movimento estudantil brasileiro foi o ano de 1966. Neste ano houve a denúncia da intervenção norte-americana tanto na educação como em outros setores da vida nacional, motivo de uma mobilização estudantil capaz de empolgar o país e, ao mesmo tempo, de levar a polícia a uma brutal repressão (POERNER, 1995). Em setembro de 1966, ocorreu uma mobilização que contou com cinquenta mil estudantes em todo país, lutando contra a anuidade e a repressão policial (POERNER, 1995).

Irritado com as passeatas o governo reagia, de um lado, com o fechamento de restaurantes universitários e, de outro, os estudantes respondiam com a invasão dos restaurantes e com passeatas contra o pagamento da anuidade.

Diante da repressão que envolvia prisões, caracterizando-se como uma verdadeira prova de fogo para os estudantes, a coragem destes para promover congressos clandestinos e passeatas de protesto, fez de setembro de 1966, o mês mais agitado e heróico de toda a história do movimento estudantil brasileiro (POERNER, 1995).

A UNE manteve a sua atuação de forma clandestina e foi no dia 1º de abril de 1968 que se deu o maior movimento de manifestação popular de protesto contra o regime, justamente no dia do quarto aniversário do golpe militar. Caracterizando-se como algo extraordinariamente positivo porque contou com uma comoção em torno da morte do estudante Edson Luis de Lima Souto, levando os estudantes a procurar uma integração com o povo (POERNER, 1995).

Tal fato representou um rompimento com a fragmentação que passava o movimento estudantil, voltando ao crescimento, como sempre ocorreu ao se unir as outras camadas da

população. Trata-se do despertar de forças de oposição e protesto que pareciam adormecidas, levando milhares de pessoas às ruas nas principais cidades do país, para participar da passeata que ficou conhecida como a “Passeata dos Cem Mil”. Eram os brasileiros ao lado dos estudantes, lutando por um futuro melhor para todos (POERNER, 1995).

O movimento de libertação liderado pelos estudantes, em 1968, mobilizou o movimento operário, desmobilizado desde abril de 1964, pela autoridade militar. Trata-se de um fato importante, uma vez que isso ocasionou duas greves operárias (POERNER, 1995). Os estudantes seguiam liderando a oposição brasileira e, por sua vez, as autoridades militares seguiam seu cerco contra os estudantes, como foi o caso do congresso de Ibiúna, onde foram presos muitos líderes estudantis (POERNER, 1995).

A partir de dezembro de 1968, com a promulgação do AI-5, que retirou todas as garantias individuais, proibindo a reunião de estudantes em universidades e colégios, houve uma interrupção do movimento estudantil. Segundo Lino de Paula (2004), entre 1969 e 1974, a tortura se institucionalizou, não só para presos, mas também para a população. Esta servia como método interrogatório e controle político. Tal situação propiciou um terreno fértil para a crença na luta armada, levando os jovens a participarem da guerrilha (POERNER, 1995).

Para o governo, os estudantes deveriam somente se preocupar com as questões ligadas à educação, à aprendizagem, aos interesses específicos da classe estudantil e não com questões partidárias alheias a sua classe. Segundo Poerner (1995) era impossível desvincular os problemas estudantis da problemática mais ampla, logo vemos os protestos e passeatas que lutavam contra as prisões de operários e intelectuais e pediam a anistia para os brasileiros presos e exilados.

A partir de 1977, os estudantes voltaram às ruas, na luta contra a ditadura, depois de uma longa interrupção, lutando por reivindicações mais concretas, como por exemplo, mais verba

para a universidade, rebaixamento da anuidade no ensino superior particular, melhoria do nível de ensino e alimentação nos restaurantes universitários.

No final da década de 1970 cresce a impopularidade do regime, devido ao seu caráter autoritário e repressivo, o fracasso da política econômica e os casos de corrupção. Aumenta a insatisfação de setores sociais como a classe média, empresários, operários, camponeses, além disso há uma alta taxa de inflação e desemprego. Esta conjuntura cria uma condição favorável para a atuação do movimento estudantil, que já contava com o apoio de sindicatos operários do ABC e da igreja Católica (POERNER, 1995)

Com o vento soprando a favor, os estudantes percebem que é a hora de lutar pela anistia, pela liberdade democrática e preparar o 3º Encontro Nacional dos Estudantes, que serviu de ponto de partida para a reconstrução da UNE. Neste Encontro foi aprovada a “Carta de Princípio” da UNE, afirmando a entidade como sendo uma instância máxima de representação dos estudantes brasileiros, sendo livre e independente.

Neste momento, a UNE, embora ainda não reconhecida pelo governo, já havia rompido as barreiras da clandestinidade, reconstruindo-se e colocando-se como a primeira entidade nacional de massa, representando mais de 1,3 milhões de universitários. (POERNER, 1995)

A representação estudantil foi regulamentada, através dos Decretos-leis que revogavam as leis que proibiam a representação estudantil, podendo os estudantes participar das várias instâncias dos órgãos colegiados das instituições de ensino superior, representando naquele momento uma abertura mínima cedida aos estudantes pelo governo, mas a ditadura ainda mantinha a ilegalidade das grandes entidades estudantis, mas mesmo assim os congressos da UNE passaram a ser uma rotina.

Logo na segunda metade dos anos 80 do século XX, a UNE e outras entidades estudantis voltam a legalidade e, em 1992, as manifestações estudantis voltam às ruas para apoiar o

*impeachment* do presidente Collor e se posicionando contra a corrupção e o banditismo no alto escalão do governo. Tal manifestação empolgou todo o país (POERNER, 1995). Este movimento ficou conhecido como a manifestação dos “caras pintadas”, que mobilizou milhares de estudantes, desfazendo a imagem de que os jovens eram alienados, individualistas, apáticos e consumistas.

Alguns autores, como Abramo (apud LINO DE PAULA, 2004), consideraram essa manifestação um ato espontaneísta, espetacular e de caráter festivo, negando sua efetiva politização. Mas podemos considerar que o *impeachment* foi uma reanimação do movimento estudantil. Mas infelizmente logo depois assistimos a desmobilização. Assim, os anos 90 significaram um momento de desmobilização (LINO DE PAULA, 2004).

Segundo Lino de Paula (2004, p. 97), nas últimas décadas, assim como nos movimentos sociais, também o movimento estudantil vive um estado de fragmentação e desmobilização. Para compreendermos a construção da identidade do movimento estudantil, apresentaremos a história do movimento estudantil na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

## CAPÍTULO IV

### 4- BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

O movimento estudantil organizado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro faz parte da história do movimento estudantil no país. Lutou pela melhoria das condições de ensino, democratização e contra as desigualdades sociais (LINO DE PAULA, 2004).

Muito influenciado pelo que ocorria no contexto histórico, os estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro(UFRuralRJ) foi construindo uma história de movimentos, protestos e greves. Em 1956, tem-se a informação de que os estudantes da UFRuralRJ fizeram greve contra a falta de autonomia universitária e contra a punição sofrida por estudantes que se manifestaram publicamente contra os procedimentos didáticos de um professor (OTRANTO apud LINO DE PAULA, 2004).

Em 1960, o presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRuralRJ e um representante discente de cada unidade foram agregados ao Conselho Universitário (CONSU). Em 1963, se deu oficialmente a criação do Diretório Central dos Estudantes da UFRuralRJ. Tratava-se da efervescência estudantil, instalada no país, chegando a esta universidade, onde foi sediada a Reunião Nacional da UNE para discutir a Reforma Universitária (LINO DE PAULA, 2004).

Em 1963, a UFRuralRJ tem o seu quadro de alunos ampliado e garantiu-se alojamento, assistência médico-odontológica gratuita, refeições a preços reduzidos etc. Trata-se de um aspecto que, segundo Lino de Paula (2004), irá influenciar a forma de atuação do movimento estudantil com relação às outras universidades.

Em 1º de abril de 1964, no mesmo dia em que ocorreu o golpe militar, os estudantes da Escola de Agronomia da UFRuralRJ entraram em greve, o que levou o Exército a exigir que o

Reitor facilitasse o trabalho dentro da universidade. Instaurava-se o clima de tensão e medo no país, e dentro da universidade (LINO DE PAULA, 2004).

Preocupado com a segurança nacional, o governo baixava o Decreto-lei 228 de 28/02/1967 extinguindo os órgãos estudantis de âmbito estadual e nacional e permitindo a punição dos Reitores que não punissem a indisciplina e a subversão de estudantes. Tal medida levou a Reitoria da UFRuralRJ a exigir a entrega das chaves da sala onde estavam instalados o Diretório da Escola Nacional de Agronomia e o Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil (LINO DE PAULA, 2004).

Em março de 1967, uma redução de 50% dos gastos fez diminuir de quinhentos para cento e oitenta e cinco o número de vagas para o vestibular, provocando protesto entre os estudantes, reivindicando do Ministro da Educação a liberação de verbas para 1968, além de denunciar a proposta de redução do número de vagas (LINO DE PAULA, 2004).

A UFRuralRJ vivia sob vigilância interna, mesmo antes da edição do AI-5. Vigiavam-se professores, funcionários e estudantes, todos postos sob suspeita de subversão. Foi somente em meado dos anos 70 que começou uma retomada tímida do movimento estudantil em nível local. Mas ainda sofrendo pela falta de liberdade (LINO DE PAULA, 2004).

A UFRuralRJ possuía um DCE oficial reconhecido pela reitoria desde 1974, mas este não possuía autonomia política, podia somente representar os estudantes em questões acadêmicas. Ainda assim, os estudantes iniciaram um processo de rearticulação do movimento estudantil, por meio da criação de Centros de Estudos por Cursos. Tratava-se de discussões políticas interrompidas em 1968, mas que são retomadas, reorganizando o movimento estudantil e buscando sua autonomia com relação à Administração Superior (LINO DE PAULA, 2004).

O ano de 1977 marcou a retomada do movimento estudantil na UFRuralRJ, momento no qual foram reforçadas as palavras de ordem que conduziram o ressurgimento do movimento,

lutava-se pelo ensino público e gratuito para todos, fim das prisões e torturas e liberdade democrática para a Universidade (LINO DE PAULA, 2004). Logo os estudantes se engajam numa luta pela criação de um DCE livre. Assim, em novembro de 1977 ocorreu uma eleição livre para o DCE, que sai da tutela da Administração Superior, o que representou uma ruptura efetiva com a reitoria (LINO DE PAULA, 2004).

Em 1979, as lideranças estudantis sem vínculos partidários assumiram temporariamente o movimento estudantil. Estas questionavam a ligação do DCE com as políticas externas, defendendo prioritariamente as questões internas como: os assuntos acadêmicos, a qualidade do ensino, o bandeirão e o alojamento etc, eles eram contrários aos líderes ligados a partidos que priorizavam a grande política (LINO DE PAULA, 2004).

Essa gestão, em 1980, devido a morte de um estudante por negligência no atendimento e a demissão arbitrária e injusta de um professor, promoveu a greve de 108 dias que, segundo Lino de Paula (2004), foi o maior evento político dirigido pelo movimento estudantil da UFRuralRJ.

As limitações impostas aos estudantes como a proibição de utilização dos espaços da universidade, não abalou o ânimo das lideranças e dos estudantes e acabou por mobilizá-los ainda mais. Devemos destacar ainda que a UFRuralRJ possuía uma grande quantidade de estudantes que moravam em suas dependências, o que facilitava a organização do movimento estudantil.

Duzentos estudantes da UFRuralRJ participaram da retomada da antiga sede da UNE, localizada na Praia do Flamengo, em março de 1980, invadida em 1964 pela repressão (LINO DE PAULA, 2004). Depois de um momento de grande agitação, em 1980, estabeleceu-se no movimento estudantil da UFRuralRJ um desgaste. Este movimento somente se sustentou por causa da composição que foi feita entre os partidários e os independentes (LINO DE PAULA,

2004). A década de 80 foi marcada pelas inúmeras lutas do movimento estudantil com relação principalmente ao bandeirão, ou seja, contra o aumento de preço e pela qualidade do serviço (LINO DE PAULA, 2004).

O ano de 1983 foi o ano de reconhecimento do DCE por parte da Administração Superior. O DCE livre foi criado quando correntes estudantis ligadas a tendências políticas o dirigiam, de uma forma semi-clandestina. A repressão ainda amedrontava e impunha a clandestinidade (LINO DE PAULA, 2004). Em 1983, o PCdoB, uma das organizações clandestinas presente no movimento estudantil da Rural, conseguiu conquistar o DCE (LINO DE PAULA, 2004). O PCdoB ficou na direção do DCE até 1987, quando a entidade se esvaziou, representando um momento de descenso no movimento estudantil da Rural (LINO DE PAULA, 2004).

A gestão seguinte, embora ainda vinculada ao PCdoB, já apontava uma possibilidade de uma pluralidade e uma composição de forças, apontando para uma falta de quadro partidário e para uma desarticulação das tendências no interior do movimento estudantil. Segundo o presidente do DCE, que era ligado ao PCdoB, era preciso mudar a atuação junto às massas (LINO DE PAULA, 2004).

Com a democratização do país, o movimento estudantil perde a sua bandeira de luta, ou seja, a briga contra o regime militar, passando a se preocupar com os problemas internos da universidade. Entre 1989 e 1991, o movimento estudantil teve a mais baixa capacidade de mobilização até mesmo entre seus líderes. O direito de participação nos órgãos colegiados, conquistado em 1984, não foi utilizado pela representação estudantil. (LINO DE PAULA, 2004). Assim, na década de 1990, cresce a tendência que não quer mais as lideranças estudantis vinculadas a partido político, predominando os independentes e as lutas em prol de assuntos internos da universidade (LINO DE PAULA, 2004).

O movimento estudantil da UFRuralRJ se encontrava desmobilizado, antes mesmo do *impeachment* do Presidente Collor, existindo um descrédito dos estudantes com relação ao DCE, fazendo com que as atividades ficassem mais na instância dos CAs. O que, segundo Lino de Paula (2004), significava uma nova forma de militância.

Esta nova forma de militância ganhou a direção do DCE em 1992, esta direção repudiava movimentos estudantis vinculados à idéia de socialismo e partido (LINO DE PAULA, 2004). Os estudantes, nesta época, conseguiram eleger o reitor, sendo compromisso deste o atendimento das reivindicações dos estudantes, portanto sem a presença de um antagonismo entre ambos (LINO DE PAULA, 2004).

Em 1996, é eleita uma nova gestão ligada ao PT, que sofreu um *impeachment*, entre outras razões, por desvio de verbas. Esta gestão tentava trazer de volta a questão partidária no movimento estudantil da UFRuralRJ (LINO DE PAULA, 2004).

Percebe-se que, como os demais movimentos sociais, o movimento estudantil também se mostra nos últimos anos, fragmentado e desmobilizado (LINO DE PAULA, 2004). Em 2002 e 2003 assume a direção do DCE um mesmo grupo de estudantes. Estes assumem uma luta em torno de questões específicas da UFRuralRJ, ou seja, o bandeirão, a biblioteca e a greve de funcionários e professores, este foi o modo de manter a chama do movimento estudantil acesa.

#### **4.1- REFLEXÕES SOBRE A ESPECIFICIDADE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFRuralRJ**

Como podemos perceber por meio de seu histórico, os interesses perseguidos pelo Movimento Estudantil da UFRuralRJ estiveram, nos últimos anos, vinculados a questões específicas desta universidade. Foi difícil a tarefa de criar interesses mais amplos, esse

movimento foi construído com uma identidade muito peculiar, pois precisava atender os interesses dos vários subgrupos.

Segundo Lino de Paula (2004), a UFRuralRJ possui uma peculiaridade que lhe propicia ser diferente das demais universidades brasileiras. Ela cultiva uma vida comunitária que minimiza a enorme heterogeneidade, pois há uma grande diversidade entre seus estudantes que vêm de diferentes origens sociais, desse modo pode-se afirmar que essa convivência possibilita entre os estudantes menos diferenças e mais semelhanças.

O fato de estar relativamente isolada geograficamente, criou a necessidade de um alojamento que abriga um terço de seus alunos, tornando a UFRuralRJ um espaço que possibilita a aproximação dos estudantes. Isso lhe dá, desde 1970 até hoje, um caráter histórico de agitação, apesar do enfraquecimento do Movimento estudantil nas Universidades (LINO DE PAULA, 2004).

A sua peculiaridade está no fato de 1/3 dos estudantes viverem em alojamento cedidos pela Universidade, dispondo, por essa razão, de um bandejão não privatizado que lhes oferece uma refeição mais barata. O que faz com que, ainda que se tenha uma gestão que aglutine os estudantes fazendo do movimento estudantil uma entidade sem uma proposta definida, consiga-se, a partir das necessidades imediatas deste 1/3 de estudantes, gerar uma mobilização em torno da luta por melhor preço e qualidade da alimentação e qualidade de alojamento.

Assim, mesmo que entre as décadas de 1980 e 1990, momento de refluxo para os Movimentos Estudantis, quando parcela significativa desses movimentos procuravam se afastar de partidos políticos, as questões específicas da UFRuralRJ impulsionaram seu Movimento Estudantil. Segundo Lino de Paula (2004), o alojamento associado à necessidade de um bandejão facilita a luta interna e este exemplo pode ser visto na luta pela reabertura do bandejão, em 1982.

Como se pode ver, o alojamento é um aspecto fundamental na mobilização estudantil. Isso significa dizer que as representações internas e específicas tendem a mobilizar os estudantes muito mais do que a grande política, tão presente no Movimento Estudantil nos anos 60, do século XX. A maior possibilidade de mobilização surge quando os estudantes assumem a condição de meros estudantes e não quando se trata do envolvimento com as grandes questões políticas que, segundo os estudantes, tomam o espaço das questões específicas. Assim, vemos o esvaziamento das grandes lutas políticas em prol da biblioteca e do bandeirão (LINO DE PAULA, 2004).

Observa-se que o estilo de vida comunitária dos estudantes da UFRuralRJ fez com que as influências sócio-econômicas se diluíssem na intensa experiência comunitária, o benefício foi tanto que os estudantes acumularam um capital político, social e cultural. As lideranças emergiram dos mais diversos estratos econômico-sociais, uma vez que a entidade não se encontrava restrita a um único segmento social, portanto não reproduzindo às hierarquias sociais (LINO DE PAULA, 2004).

Geralmente é mais comum que do Movimento Estudantil participem as camadas médias, por serem mais politizadas e terem ajuda familiar, o que possibilita aos estudantes assumir de forma relaxada e intensa a condição de universitário. No entanto, no caso do movimento estudantil da UFRuralRJ, foram detectadas algumas exceções. Assim, ainda que as condições econômicas e as convicções ideológicas não favoreçam, houve jovens das camadas populares que junto com aqueles de classe média participaram da política estudantil (LINO DE PAULA, 2004). Assim vemos, por exemplo, que a integração de pessoas com origens sociais diversas despertou, segundo relato de estudantes, o interesse dos mesmos por diferentes questões políticas (LINO DE PAULA, 2004).

Os estudantes que participaram e lideraram o Movimento estudantil possuíam uma visibilidade maior no curso e na Universidade. Eles têm a oportunidade de ser reconhecidos por professores, funcionários e alunos, além de integrarem os Colegiados como representantes dos estudantes (LINO DE PAULA, 2004). Segundo Lino de Paula (2004), na UFRuralRJ adquire-se o *habitus* universitário mais rápido, devido ao fato de uma maior permanência dos estudantes no *campus*.

Na UFRuralRJ, o Movimento Estudantil funcionou muito bem como entidade formadora dos estudantes, pois este caráter formativo possibilitou que alguns alunos passassem a pensar a melhoria do ensino e da sociedade. Segundo Lino de Paula (2004), construiu-se um *habitus* capaz de socializar nos campos acadêmico, profissional e político.

Muitas das concepções sociais, políticas e culturais dos ex-estudantes emergiram das relações construídas entre eles, nas suas relações com o movimento estudantil, suas lutas e embates, ao longo de sua trajetória universitária e de militância estudantil (LINO DE PAULA, 2004).

A idéia que se tem é de que os movimentos sociais sejam, e mais especificamente o movimento estudantil, formas de socialização dos indivíduos e instâncias culturais produtoras de saber, visões de mundo, subjetividades e identidades (LINO DE PAULA, 2004).

Com a universidade e o movimento estudantil gerando nos estudantes, entre outras coisas, visões de mundo, subjetividades e identidades, nos cabe pensar sobre essas visões de mundo, subjetividades e identidades. Até que ponto a construção da identidade do Movimento Estudantil da UFRuralRJ possibilitou a criação de cidadãos ativos? Será que é proveitoso criar um Movimento Estudantil que priorize as questões específicas? Como ficam as questões políticas mais amplas? Ao estudar a construção da identidade do Movimento Estudantil da UFRuralRJ estas questões ainda permanecem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“...mas há outro repto que os estudantes brasileiros devem enfrentar (...) o de sua desplanetização, o de sua destotalização, o da ilusão de que, resolvidos seus problemas, se resolvem os problemas nacionais e mesmo internacionais...” (POERNER, 1995, p. 29).

O movimento estudantil, desde o auge de sua atuação, em 1960, se situa numa dinâmica social que envolve uma dialética e uma dialógica entre identidades. Se por um lado, assumiu a luta pelo interesse da sociedade, do operário etc, por outro, lutou para não ser absorvido por outras identidades como a identidade de classe, partidos de massa etc. e, hoje se encontra numa luta de resistência contra sua fragmentação, diante de subgrupos estudantis.

O Movimento estudantil em sua ação coletiva de caráter contestativo, por não possuir uma base social definida, pode ter uma parcela de estudantes com atitudes refratárias com relação a grande política (LINO DE PAULA, 2004).

Nesta dinâmica social em que se envolveu o movimento estudantil, pode-se dizer que ocorreu e continua ocorrendo uma fragmentação de interesses e utopias que foram se tornando cada vez menos coletivas. Como se tomasse do próprio veneno, vemos hoje o movimento estudantil sofrendo com esse processo de fragmentação social que ele próprio ajudou tecer. Assim, na figura da juventude, os anos entre 1980 e 1990, em comparação aos anos 1960, representou uma perda, pois ao contrário da geração passada este se ausentou da cena política, se mostrando apático, individualista, consumista, pragmático, conservador e indiferente às questões políticas e sociais (LINO DE PAULA, 2004).

Hoje, torna-se necessário repensarmos todo este processo, considerando naturalmente, que a sociedade se faz de grupos, subgrupos e indivíduos, todos contendo seus interesses e utopias, dentro de um jogo de forças que trazem resultados que na maioria das vezes não são satisfatórios, ao mesmo tempo, para todas estas identidades e muito menos para a maioria das pessoas.

Ao estudante, na sua condição e aspirações, cabe-lhe optar entre ser elite da tribo ou uma excepcionalidade aristocrata, concordar com a dependência nacional ou lutar pela independência nacional e pelo efetivo progresso social, cabe ainda, decidir se no seu dia a dia irá ou não aceitar algumas ninharias aristocratizantes que satisfaçam suas aspirações imediatas (POERNER, 1995).

Como podemos ver no caso da UFRuralRJ, ao contrário de que ocorria na década de 1960, as questões internas e específicas tendem a mobilizar mais do que a grande política. Assim, as peculiaridades da UFRuralRJ – um alojamento e um bandeirão - por estarem ligadas estritamente as necessidades dos estudantes, serviu de mobilização, o que mostra o caráter imediatista e corporativista, portanto, não indo além dos interesses da própria categoria.

Assim, podemos dizer que se trata da incapacidade e desinteresse de controlar as relações sociais em que se encontram envolvidos e da redução do mundo ao tamanho da sua comunidade, num agir político de obsessivo particularismo, em que forças poderosas conspiram para a perpetuação do exclusivismo e de fronteiras, evitando a fusão e a condensação das queixas e reclamações em condições variadas e dispersas, através da ideologia do “o dividir para reinar” (BAUMAN, 2003).

Vemos que a desmobilização que atinge o todo social, atinge também o jovem contaminado pelo individualismo - próprio do capitalismo - que se acentua na década de 1990, levando entidades sociais como o movimento estudantil há uma desmobilização que, o leva com muito sacrifício, a busca no máximo, pela defesa de direitos específicos da categoria, participando de numa lógica corporativista (LINO DE PAULA, 2004).

É preciso que os estudantes se vejam com uma função de pensadores e agentes em busca de determinados fins sociais. Eles devem ter a consciência de que um dia deixarão de ser

estudantes e deverão se engajar na luta pela transformação social, buscando a construção de uma sociedade jurídica, política e materialmente igualitária.

Cabe também aos estudantes lutar pela melhoria da qualidade acadêmica, refletindo sobre o atual desprestígio dos diplomas e da mudança no padrão de qualidade acadêmica, contribuindo para que a universidade seja formadora de intelectuais críticos e politizados. A universidade é uma instituição escolar que deve estar comprometida com o conhecimento e a politização.

Outro ponto fundamental é o retorno a discussão essencial da política mais ampla, porque ao contrário de cessar a participação política ampla, o estudante deveria dar continuidade a esta, fazendo da democracia um meio de luta, em prol de uma sociedade amplamente democrática.

A construção de uma sociedade democrática necessita de um sujeito que se comprometa em ser um verdadeiro estudante, alguém interessado e capacitado para se dar conta de que precisa não ser um “aluno” e ser mais que um mero bom estudante sem uma grande causa. Mas finalmente, um cidadão do mundo. Ou seja, alguém que, mesmo com toda diferença que sua espécie permita, possuindo características diversas, não se esquece, de forma alguma, que é humano.

Para isso, é necessário que os sujeitos sejam capazes de pensar além do seu particularismo, por meio de uma filosofia comprometida com os problemas sociais do nosso tempo como a miséria, a violência, a destruição ecológica etc. e envolvendo cultura, ética, economia, política etc., ou seja, em busca de um novo projeto de sociedade e de uma única identidade puramente includente: a humana.

## BIBLIOGRAFIA

- ABDALLA, Abdalla. **O princípio da cooperação: Em uma nova racionalidade**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004.
- AEGLETON, Terry. **As Ilusões do Pós-modernismo**. Tradução: Elisabete Barboza, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BRANDÃO, Antonio Carlos e DUARTE, Milton Fernandes. **Movimentos Culturais de Juventude**. São Paulo: Moderna, 1990.
- FALCÃO, Antonio. **A esquerda festiva** - Jornal do Comercio- disponível em <http://www2.uol.com.br/JC/2000/1406/art1406.htm> - acessado em, 03. fev. 2005.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil, disponível em [http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/historia/entrevista\\_7a.asp](http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/historia/entrevista_7a.asp), acessado em, 02. fev. 2005.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GUIMARÃES, Juarez Rocha - **Movimento estudantil ainda mostra sua força** - <<http://www.ufmg.br/boletim/bol1203/pag2.html>> acessado em, 19. jan. 2005.
- HABERMAS, Jurgen. **Passado como futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- Manifestações Culturais da Década de 60, disponível em <http://members.tripod.com/-Picheli/cultura.htm> - acessado em, 19. jan. 2005.
- MARCIEL, Luiz Carlos. **Anos 60**. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- MARCUSE, Herbert. **Tolerância Repressiva**. In: **Crítica da Tolerância Pura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.
- OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. **O mito do poder jovem: a construção da identidade da UNE**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001.
- PAULA, Lucília Augusta Lino de. **Movimento estudantil da UFRuralRJ: memória e exemplaridade**. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Educação, 2004. Tese de Doutorado.
- PÉREZ GÓMEZ, A. I. **A cultura na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.
- POERNER, Artur José. **O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros**. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.
- RANGEL, Vanessa Maia Barbosa de Paiva; Maria da Conceição Silva Soares. **A mídia como geradora de identidade e história** - Coordenação: Prof. Dra. Marialva Barbosa (UFF) - GT História do Jornalismo - <[http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/grupos%20de%20trabalho%20de%20historia%20da%20midia/historia%20dos%20jornalismo/trabalhos\\_selecionados/maria\\_soares\\_e\\_vanessa\\_rangel.doc](http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/grupos%20de%20trabalho%20de%20historia%20da%20midia/historia%20dos%20jornalismo/trabalhos_selecionados/maria_soares_e_vanessa_rangel.doc)> acessado em, 19. jan. 2005. O Globo, 11/9 <http://www.consciência.net/arquivo/rj-geral2004-02.html>, acesso em, 02 fev. 2005.
- RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 2 ed. Vozes. Petrópolis, 2003.

SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. **O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade**. GT3- Movimentos sociais e Educação(FACED/UFC), disponibilizado em <http://www.anped.org.br/25/excedentes25/sandramariamarinhosiqueirat03.rtf>, acessado em 24 de março de 2006.

SOARES, Rosemary Dore. **Gramsci, o Estado e a Escola**. Rio Grande do Sul: Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

TRENGROUSE, Pedro - **Juventude e sociedade: o papel do movimento estudantil**, disponível em [http://www.psd.org.br/juventude/o\\_papel\\_do\\_me.asp](http://www.psd.org.br/juventude/o_papel_do_me.asp), acessado em 19. jan. 2005.

WOLFF, Robert Paul. **Além da Tolerância**. In: **Crítica da Tolerância Pura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.



UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A) : DAMIÃO LUIS DIOAISIO

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : A CONSTRUÇÃO DA

IDENTIDADE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL :

REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

ORIENTADOR : \_\_\_\_\_

**FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL**

Primeiro avaliador :

Professor convidado: Sul Brunel Pinto Rodrigues

Nota : 9.0 (máx)

Considerações:

A monografia, como TCC do autor é o resultado  
de uma pesquisa-ação, segundo Thiollent (1985),  
e tem como objeto o movimento estudantil do  
ensino superior. No estado foi elaborado uma  
dicotomia de fases do movimento estudantil  
antes do decênio de 1960 e a posterior, e

atual sob um enfoque comparativo o que  
leveu o autor a conclusões afirmativas.  
O desenvolvimento da monografia se revela em  
dois campos, como freqüentação e como interação  
entre a pedagogia e as Ciências Sociais.  
Apesar do esforço, da quantidade de material,  
documentação e bibliografia a monografia  
não me convenceu em seu conjunto

Segundo avaliador:

Professor orientador: ANGELA MARIA SOUZA MARTINS

Nota: 9,0 (NOVE)

Considerações:

O ALUNO EMPREENDE UM GRANDE ESFORÇO  
NA CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA PARA ESCREVER  
SUA MONOGRAFIA. FEZ ESTUDOS CONSISTENTES  
QUE O LEVOU A SISTEMATIZAÇÃO DAS IDEIAS  
SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL,  
E MAIS ESPECIFICAMENTE NA UFRRJ.  
APRESENTA UMA ÓTIMA TRAJETÓRIA DE  
LEITURA. PELO SEU ESFORÇO CONFIRA-LHE A  
NOTA 9,0 (NOVE) DM/11.

Terceiro avaliador :

Professor da disciplina Monografia II: Ligia Coelho

Nota : 9,0

Considerações:

A monografia contém os elementos de um trabalho acadêmico.  
Revela a formatação das páginas iniciais  
LLY

**RESULTADO FINAL**

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota final
9,0	9,0	9,0	27,0	9,0

Rio de Janeiro, agosto / 2006  
LLY